



ecosaúde
porque a vida não pára

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

ANO 2023

Lisboa, 29 de abril de 2024

Esta página foi propositadamente deixada em branco

Índice

MENSAGEM DO ADMINISTRADOR ÚNICO	6
RELATÓRIO DE GESTÃO	7
A EMPRESA	8
VISÃO ESTRATÉGICA	9
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	10
OPERAÇÕES	12
MEDICINA DO TRABALHO	13
SEGURANÇA NO TRABALHO	14
PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS	15
GESTÃO DE SINISTROS	16
ESPECIALIDADES MÉDICAS	17
FORMAÇÃO	18
PERSPECTIVAS FUTURAS	19
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	20
1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	21
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	21
3. LIMITES DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	22
4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	22
5. RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA	22
6. REMUNERAÇÕES	22
7. APLICAÇÃO DO ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	24
8. DESPESAS CONFIDENCIAIS OU NÃO DOCUMENTADAS	24
9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES POR GÉNERO	24
10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	24
11. CONTRATATAÇÃO PÚBLICA	24
12. <i>SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS</i>	25
13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	25
14. PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	25
15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	26
16. PLANO PARA A IGUALDADE	26
17. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA	27
18. INFORMAÇÃO NO SÍTIO DE INTERNET DO SEE	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA	28
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DEZEMBRO	29
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	30
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	31
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO	32
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
1. Identificação da entidade e período de relato	34
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	34
2.1. Referencial contabilístico	34
2.2. Derrogações ao SNC	34
2.3. Valores comparativos	35
3. Adoção Pela Primeira Vez das NCRF - Divulgação Transitória	35
4. Principais políticas contabilísticas	35
4.1. Bases de mensuração	35
4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes	35
4.3. Juízos de valor	40
4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro	40

4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas	41
5. Fluxos de caixa	42
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	43
7. Ativos fixos tangíveis	43
8. Ativos intangíveis	44
9. Outros investimentos financeiros	45
10. Impostos sobre o rendimento	46
11. Clientes	46
12. Estado e outros entes públicos	47
13. Outros créditos a receber	48
14. Diferimentos	48
15. Capital subscrito	49
16. Reservas legais	49
17. Outras reservas	49
18. Resultados transitados	49
19. Financiamentos obtidos	49
20. Outras dívidas a pagar	50
21. Fornecedores	51
22. Vendas e serviços prestados	51
23. Fornecimentos e serviços externos	52
24. Gastos com pessoal	54
25. Outros rendimentos	54
26. Outros gastos	55
27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	55
28. Juros e gastos similares suportados	55
29. Divulgações de partes relacionadas	56
30. Garantias e avales	57
31. Acontecimentos após a data de balanço	57
32. Proposta de aplicação de resultados	57
RELATORIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	58
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	62

f



“

If you can dream—and not make dreams your master
If you can think—and not make thoughts your aim
If you can meet with Triumph and Disaster
And treat those two impostors just the same
If you can bear to hear the truth you've spoken
Twisted by knaves to make a trap for fools,
Or watch the things you gave your life to, broken,
And stoop and build 'em up with worn-out tools

”

Rudyard Kipling

MENSAGEM DO ADMINISTRADOR ÚNICO

Na Ecosaúde, o exercício do ano de 2023 foi o primeiro ano de regresso à normalidade após a pandemia. É verdade que o contexto geopolítico à escala global é complexo, com o agravamento de tensão e surgimento conflitos armados em novas geografias, circunstância que cria risco, instabilidade e danos concretos, como seja o regresso da inflação acentuada e a conseqüente resposta de aumento das taxas de juro, mas a ainda assim, é nesta “nova normalidade” que as empresas portuguesas e particularmente a Ecosaúde regressam a uma atividade plena nas suas áreas de negócio tradicionais.

Comparada a situação da empresa no final do ano 2023 com o último ano semelhante (Ano 2019) a empresa regista melhorias em toda a linha: do nível de atividade, do volume dos negócios, assim como dos resultados e da rentabilidade. Em termos financeiros também regista uma evolução assinalável, com uma redução significativa da dívida e um grande reforço da situação líquida.

É este o ponto de partida para enfrentar os desafios do futuro, a curto e médio prazo. Estes são principalmente a retenção e renovação de competência humana e a manutenção de uma capacidade instalada a nível de infraestruturas e equipamentos. São fatores essenciais para a empresa poder continuar a seguir o seu propósito de prestar serviços de saúde e segurança qualificados, sempre ajustados às necessidades do grupo.

Nesta matéria, temos observado uma pressão intensa, em alta, nos custos da mão-de-obra (médica, enfermagem e de técnica na área da segurança no trabalho), muito para além da reposição da desvalorização por via sofrida pela inflação. Constatamos também uma evolução adversa nos custos do arrendamento e, considerando que a empresa não tem instalações próprias e arrenda instalações a terceiros, na data do encerramento do exercício agora relatado, já temos como um facto que no ano 2024 os gastos com o arrendamento de instalações irão aumentar de forma muito relevante e com inevitáveis constrangimentos na sua estrutura de custos.

A Ecosaúde tem procurado e deseja prosseguir o desiderato de dirigir a sua actividade, preferencialmente, para a prestação de serviços às empresas de transportes quer no domínio ferroviário, fluvial, aeroportuário, entre outros. Essa especialização resulta sobretudo na afirmação do seu know-how de excelência que é aliás reconhecido pelo mercado em geral e é entendido pela empresa como uma manifestação de confiança que se deseja manter e aperfeiçoar.

É com satisfação que manifestamos o nosso reconhecimento a todos os técnicos da empresa, aos seus médicos. Enfermeiros, técnicos de higiene e segurança, fisioterapeutas, técnicos de análises, administrativos e por maioria de razão e elementar justiça. Ao seu Director Geral, cuja dedicação e profissionalismo concorreu decisivamente para os resultados agora apresentados.

Manifestamos igualmente o nosso agradecimento pelo apoio e colaboração recebida dos órgãos sociais da empresa e particularmente do Fiscal Único e dos nossos Revisores de Contas.

Por fim, mas não por último, uma palavra de apreço e gratidão para o Conselho de Administração da accionista única, CP- Comboios de Portugal, cujo apoio e colaboração para as actividades da empresa, tem sido determinante e merece um justo registo.

Francisco Nogueira Leite



RELATÓRIO DE GESTÃO



A EMPRESA

Queremos que a nossa dedicação faça sempre a diferença.

GRANDE DEDICAÇÃO



A **ECOSAÚDE - EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A.** é uma Sociedade Comercial Anónima do Sector Empresarial do Estado. Foi constituída a 13 de outubro de 1995, com o objeto de Prestação de Serviços Integrados de Segurança e Saúde no Trabalho, Saúde Humana e Consultoria Especializada.

No ano de 2023 completou 28 anos de existência.

A Ecosaúde assume o compromisso de valorizar o Homem enquanto elemento fundamental de uma organização.

Atualmente, regista um Capital Social de 50.000 Euros, integralmente realizado e detido pela empresa CP-Comboios de Portugal, EPE.

No final do ano de 2023, a empresa tem uma presença regional nas zonas do Porto, Coimbra, Entroncamento, Lisboa, Barreiro e Faro. Para além de ter instalações próprias nestes locais, ainda presta serviços em instalações dos seus Clientes.

A Ecosaúde serve dois mercados distintos:

Mercado Business to Business (B2B) - onde tem uma carteira de cerca de 300 Clientes, com quem contratualiza a prestação de serviços externos de Segurança e Saúde no Trabalho assim como outros serviços empresariais relacionados. Estes clientes estão dispersos por diversas regiões e vários sectores de atividade, destacando-se, em valor, o do sector dos transportes (públicos e privados) e o sector marítimo e portuário.



Mercado Business to Consumer (B2C) - onde presta serviços de Saúde e Bem-estar a mais de 3 mil clientes, nomeadamente no âmbito de prestador de serviços das redes de seguros de saúde, de acidentes de trabalho e acordos de convenções:



Como atua numa Indústria de Serviços, logo de mão-de-obra intensiva, conta com uma equipa de 89 colaboradores ativos, que na sua maioria, são profissionais altamente qualificados e diferenciados. No total de colaboradores regulares, 65 são prestadores de serviços e 24 são do Quadro da empresa (20 contratados sem termo e 4 contratados a termo).

A Ecosaúde presta serviços com as autorizações legalmente obrigatórias, nomeadamente:

Uma aposta contínua na certificação dos nossos serviços



VISÃO ESTRATÉGICA



É visão desta Administração que a qualidade na prestação dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho contribui de forma muito relevante para que haja elevados níveis de produtividade e motivação do Capital Humano nas organizações e também concorre para a humanização no trabalho, que as sociedades desenvolvidas tanto prezam.

Para além da componente humana, a qualificação destes serviços também contribui de forma significativa para a diminuição do risco operacional, através da mitigação dos riscos profissionais, minimizando os riscos de natureza patrimonial e a quebra de operações

assim como o risco de perda de reputação nas organizações.

Nestes pressupostos, acreditamos que existem muitas organizações que efetivamente necessitam de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho com um nível de valor acrescentado elevado, acima da mediania, ou até mesmo da mediocridade que, infelizmente, ainda pairam nesta indústria de serviços. Para estas, uma proposta de serviços de valor acrescentado tem sempre lugar e é um investimento com retorno assegurado.

Cabe à Ecosaúde comunicar de forma eficaz a sua proposta de valor, tornando percebido o valor intrínseco dos seus serviços para as atividades dos seus Clientes.

A Ecosaúde continua assim a seguir uma estratégia comercial de desnatação, posicionando-se neste segmento de mercado com maior valor. Para atingir tal propósito organiza Serviços Externos numa lógica integrada e interdisciplinar. Para o efeito, acumulou ao longo dos anos um conjunto de competências centrais nas valências de serviço da Saúde e Segurança no Trabalho, mas também em áreas complementares, como a Formação, a Gestão dos Sinistros, a Prevenção e Controlo de Dependências e, finalmente, a Saúde e o Bem-estar em geral.

Com o objetivo de manter vantagens competitivas sustentáveis, a Ecosáude deverá continuar a apostar na manutenção e desenvolvimento da qualificação dos seus profissionais, das suas infraestruturas, assim como na melhoria contínua de processos e na inovação dos serviços. Só assim poderá acrescentar mais valor e destacar-se dos seus concorrentes.

Para cumprir os exigentes critérios legais e regulamentares desta atividade e para servir as necessidades dos seus clientes a empresa tem de manter instalada uma capacidade adequada, que implica valores de investimento e custo de operação relevantes.

A rentabilização desta capacidade instalada obriga a diversificação relacionada de serviços, em ordem a aproveitar ao máximo a capacidade disponível, habitualmente libertada pela Saúde no Trabalho, que concentra a sua atividade no período da manhã.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Conjuntura macroeconómica

O ano foi marcado pela progressiva redução da taxa de inflação e por uma degradação do desempenho dos outros indicadores, com destaque para a redução acentuada da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

	2022	2023 (p)	2024 (p)	2025 (p)	2026 (p)
Produto Interno Bruto	6,8	2,1	1,2	2,2	2,0
Consumo privado	5,6	1,0	1,0	1,7	1,5
Consumo público	1,4	1,1	1,0	0,9	0,9
Formação bruta de capital fixa	3,0	0,9	2,4	5,2	4,1
Procura interna	4,4	0,7	1,4	2,2	1,9
Exportações	17,4	4,9	2,4	4,0	3,0
Importações	11,1	1,3	2,8	4,1	2,6
Emprego	1,5	0,8	0,1	0,3	0,3
Taxa de desemprego	6,1	6,5	7,1	7,3	7,2
Índice harmonizado de preços no consumidor	8,1	5,3	2,9	2,0	2,0
Bens energéticos	23,8	8,8	3,5	0,2	0,1
Bens alimentares	11,4	9,2	4,4	2,2	2,2
Excluindo bens energéticos	6,7	6,6	2,9	2,1	2,1
Excluindo bens energéticos e alimentares	5,0	5,4	2,3	2,1	2,1

Unidade: %



Crescimento económico:

O Banco de Portugal (BP) estima que no ano de 2023, a economia portuguesa registe um crescimento real de 2,1% no PIB. Este crescimento foi principalmente impulsionado pelo aumento da procura externa. No entanto, e pese embora esta seja a terceira melhor taxa de crescimento do PIB na União Europeia (EU), é de notar que a evolução deste indicador continua numa trajetória de desaceleração e estão previstas para os anos seguintes a 2023 taxas de crescimento bastante mais modestas dos que as registadas nos últimos três anos: 1,2% em 2024 e 2,2% em 2025.

Inflação e Preços:

A evolução da trajetória do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) em Portugal continua a registar uma trajetória descendente. Em 2023, o IHPC registou uma taxa 5,3%. Durante o ano 2023 a evolução dos preços em Portugal continuou a sofrer de pressões inflacionárias globais, relacionados a tensão geopolítica e com uma "nova normalidade" pós-pandémica. Prevê-se que a inflação continue a trajetória descendente e nos anos seguintes ao de 2023 e atinja o nível de 2,9% no ano 2024 e 2,0% em 2025.

Emprego e Desemprego:

Embora a taxa de desemprego em Portugal permaneça num nível historicamente baixo no ano de 2023, com 6,5%, regista uma trajetória ascendente, prevendo-se que atinja 7,3% no ano 2025. Ao nível do emprego, a trajetória do indicador aponta para a estagnação da criação de novos empregos no ano 2025.

Contas públicas e Endividamento público

As últimas estimativas disponíveis apontam para que, no ano de 2023, a execução orçamental do Estado registe um excedente orçamental de 0,9% do PIB (Deficit de -0,4% no ano 2022).

No final do ano 2023, o rácio da dívida em relação PIB era de 98,7% (113,8% no ano 2022). A evolução do stock da dívida pública continua numa trajetória descendente que, a ser mantida, permitirá que Portugal quebre o limiar dos 90% no ano 2027. Foi neste contexto que recentemente o Rating da Dívida da República foi revisto em alta pelas principais agências de notação financeira da dívida pública, tendo a república portuguesa neste momento classificação de 1.º nível, com perspetiva estável.

Este enquadramento foi favorável para a economia, aumentando o nível de expectativas dos agentes económicos e da confiança em geral, factos que também afetaram a maior parte dos setores da economia, logo também algumas das atividades da Ecosaúde.

Indicadores económicos e financeiros da empresa

Em termos económicos, o **Valor Acrescentado Bruto** gerado pela empresa no ano de 2023 ascendeu ao montante de 894 milhares de euros, contribuindo em igual medida para o PIB português.

No exercício de 2023 a Ecosaúde registou um **Volume anual de prestação de serviços** de 2.703 milhares de Euros, um aumento nominal de 70 milhares Euros face ao período homólogo (+2,7%).

O **EBITDA** foi positivo no valor de 91 milhares de euros, o **Resultado operacional** foi igualmente positivo, em 60 milhares de euros, e o **Resultado líquido no período** foi positivo 28 milhares de euros.

O peso relativo destes três indicadores económicos no volume anual das vendas passou assim a ser de, respetivamente: 3,3%, 2,2% e 1,0%.

A **Varição de caixa e seus equivalentes** foi negativa, em -181 milhares de euros, facto que fez consumir parte do nível de liquidez acumulada da empresa. O **Fluxo de caixa das atividades operacionais** foi negativo, no valor de -103 milhares de euros. A empresa recolheu junto dos seus Clientes 2.742 milhares de euros, pagou 2.080 milhares de euros a fornecedores e outras entidades e pagou 766 milhares de euros ao Pessoal. O **Fluxo de caixa das atividades de investimento** foi negativo, em -36 milhares de euros. Foram desembolsados 36 milhares de Euros com despesas de investimento de substituição de ativos não correntes (equipamento básico, administrativo e de transporte) e com investimento de expansão em sistemas de informação. O **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** também foi negativo, no valor -42 milhares de euros, dos quais 32 milhares de euros com amortização de dívida à acionista e 10 milhares de euros de com juros da dívida remunerada.

Ao nível da situação patrimonial, no que respeita o **Fundo de Maneio** no final do ano 2023, e quando comparado com o final do ano 2022, a Ecosaúde aumentou as dívidas de **Clientes e de Outros créditos a receber** em 39% (+183

milhares de euros) e também aumentou a dívida a **Fornecedores** em 11% (+21 milhares de euros). Houve assim um investimento em **Necessidades de Fundo de Maneio** no valor de 161 milhares de euros no ano 2023.

No final do ano de 2023, o **Capital Próprio** registava um valor positivo de 242 milhares de euros, sendo naquela data o **Ativo Total** financiado em 28% pelos Capitais Próprios e, mais importante, o Ativo Não Corrente estava integralmente coberto pelo Capital Próprio.

No que diz respeito à **Dívida Remunerada**, no final do ano de 2023, a Ecosaúde diminuiu o endividamento líquido em 18% (-32 milhares de euros). A dívida remunerada era integralmente constituída por um financiamento de médio e longo prazo. Havia ainda uma linha de financiamento de curto prazo junto do Banco Millennium BCP, de 250 milhares de euros, não utilizada.

OPERAÇÕES



A área de Gestão de Operações tem como principal missão coordenar e integrar operacionalmente todas as atividades da Empresa, assegurando e promovendo o trabalho entre as diversas equipas: médica, de enfermagem, técnica de segurança, formação e administrativa. Ao nível da gestão de clientes, o principal objetivo é angariar novos clientes e gerir a carteira de clientes e contratos vigentes, de forma a fidelizar e promover a venda cruzada de todos os serviços da Empresa.

No ano de 2023, esta área consolidou o desenvolvimento de novos modelos de serviço ao Cliente, nomeadamente na racionalização do uso da capacidade instalada, mas também no uso da

capacidade em prestação da atividade fora das instalações, na otimização de processos e numa oferta de serviços integrada, contemplando as vertentes da Medicina do Trabalho, Segurança, Gestão de Sinistros, Medicina Curativa, Formação e Prevenção e Controlo de Dependências.

Ao nível da otimização dos processos, podemos apontar como um exemplo a progressiva melhoria do Sistema de Informação de Suporte à Atividade que, para além de facilitar o fluxo de informação interna e dar um melhor apoio ao processo de tomada de decisão dos profissionais de saúde e segurança, acrescentou novas funcionalidades para os Clientes acederem às informações relevantes no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, por via de um portal de internet.

No âmbito da promoção da saúde dos trabalhadores das empresas nossas Clientes, e tendo por objetivo contribuir para a melhoria da performance das organizações, desenvolvemos algumas campanhas e rastreios, que contaram com a colaboração das equipas médica e de enfermagem, nomeadamente: Rastreamento de avaliação do risco cardiovascular, Campanha de vacinação contra a gripe sazonal, entre outras. Também executamos ações de informação e sensibilização sobre temas relacionados com a saúde.

MEDICINA DO TRABALHO

A proteção da saúde constitui um direito dos indivíduos e da comunidade. Na sua atividade profissional, os trabalhadores das empresas e outras organizações estão sujeitos a condições de trabalho de natureza material e organizacional que influenciam a sua saúde logo, a sua capacidade de exercer as funções.

Na Ecosaúde, a Medicina do Trabalho efetua as atividades necessárias à prevenção de riscos para a saúde do trabalhador, assim como as que mitigam a ocorrência de doenças profissionais. Estas são concretizadas através das atividades de vigilância e acompanhamento realizadas pelas nossas equipas de Médicos Especialistas, Enfermeiros de Trabalho e Técnicos de Saúde.

Os principais objetivos da atividade de Medicina do Trabalho são:

- Avaliação do estado de saúde dos trabalhadores e das capacidades físicas necessárias ao bom desempenho da atividade profissional;
- Avaliação das condições de exposição dos trabalhadores aos diversos riscos de natureza profissional;
- Desenvolvimento de ações conjuntas com a área de Higiene e Segurança no Trabalho, no sentido de criar abordagens integradas que aportem valor para as várias Empresas Clientes;
- Visitas da Medicina do Trabalho às várias empresas, conforme a programação e tendo em conta os locais de maior risco de acidentes ou doenças profissionais;
- Realização de Juntas Médicas e estudos de morbilidade sobre grupos de risco;
- Desenvolvimento de relações de natureza médico-legal com entidades oficiais, em matéria de Saúde Pública e outras estruturas sanitárias;
- Conceção de artigos técnicos de diversos temas de promoção da saúde.



Durante o ano de 2023, realizaram-se na Ecosaúde 13.769 atos médicos e de saúde no âmbito da saúde no trabalho. Quando comparada com o período homólogo, a atividade aumenta 5%.

Evolução da atividade de saúde no trabalho

Unidade: N.º de intervenções de Saúde. Trabalho

Cliente	Ano 2023	Δ 23/22	Ano 2022	Δ 22/21	Ano 2021	Δ 21/20	Ano 2020	Δ 20/19	Ano 2019	Δ 19/18	Ano 2018
Grupo CP	4.646	+4%	4.455	+21%	3.697	+9%	3.388	-11%	3.802	-5%	4.015
Outros Clientes	9.123	+5%	8.712	+2%	8.537	+26%	6.784	-14%	7.864	+6%	7.440
Total Saúde Trabalho	13.769	+5%	13.167	+8%	12.234	+20%	10.172	-13%	11.666	+2%	11.455

SEGURANÇA NO TRABALHO

A melhoria das condições de trabalho, inerentes a cada atividade profissional e a prevenção de acidentes de trabalho orientam a prestação de serviços externos de Segurança no Trabalho na Ecosaúde, nomeadamente nas seguintes atividades:



- Organização e gestão da prevenção;
- Auditorias gerais da política de segurança na empresa;
- Programas de prevenção e gestão de riscos;
- Avaliação e controlo de riscos e elaboração de relatórios técnicos;
- Avaliação de condições de trabalho;
- Medições e estudos técnicos;
- Investigação, organização e tratamento estatístico da sinistralidade laboral;
- Restantes obrigações legais do empregador em matéria de Segurança.

Para além da organização de serviços externos e dada a sua experiência e competência, a Ecosaúde realiza um conjunto de atividades complementares na área de consultadoria em segurança no trabalho:

- ✓ Consultoria em Ergonomia;
- ✓ Consultoria em Condições de Trabalho;
- ✓ Planeamento e Gestão de Emergência;
- ✓ Sistemas de Segurança.

O ano de 2023 registou uma redução do nível de atividade de -4%. Foram executadas no ano 2023: 922 auditorias de avaliação de condições de trabalho, 381 investigações de acidentes de trabalho e 460 intervenções técnicas de natureza diversa (Avaliações de riscos, Consultas aos trabalhadores, Planos de contingência, entre outras).

Evolução da atividade de segurança no trabalho

Unidade: N.º de intervenções de Seg. Trabalho

Cliente	Ano 2023	Δ 23/22	Ano 2022	Δ 22/21	Ano 2021	Δ 21/20	Ano 2020	Δ 20/19	Ano 2019	Δ 19/18	Ano 2018
Grupo CP	823	-2%	837	+7%	785	+5%	745	-11%	835	+8%	772
Outros Clientes	940	-5%	992	+21%	819	-4%	850	+9%	777	+17%	663
Total Segurança Trabalho	1.763	-4%	1.829	+14%	1.604	+1%	1.592	-1%	1.612	+12%	1.435

f

PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS

Esta valência de serviços tem dois objetivos primordiais: a montante, a promoção de um ambiente de trabalho sem consumo de álcool e drogas de abuso, a jusante, temos a missão de apoiar a assistência aos trabalhadores afetados pelos consumos excessivos, aconselhando o seu encaminhamento para as unidades de saúde especializadas.

As áreas de atuação desta valência são as seguidamente mencionadas:

Ao nível da Prevenção:

- ✓ Elaborar diagnósticos organizacionais e apoiar na definição de políticas e programas de prevenção de consumos excessivos de álcool e drogas nas empresas;
- ✓ Desenvolver campanhas e diretivas no sentido da implantação de práticas e regulamentos para a prevenção de adictos de álcool e drogas nas empresas.

Ao nível da Formação:

- ✓ Desenvolver programas de formação junto das chefias e quadros intermédios das empresas, habilitando-as à identificação dos sinais disfuncionais e a lidar adequadamente com os casos/problema;
- ✓ Elaborar e difundir pelos trabalhadores das empresas clientes, documentação elucidativa dos malefícios do consumo excessivo e dependência de substâncias de abuso, Álcool e Drogas;

Ao nível do Controlo:

- ✓ Realizar testes de controlo de alcoolemia e toxicologia junto do universo dos trabalhadores das empresas com quem celebramos contratos de prestação de serviços, para a identificação dos casos de abuso.

Finalmente, ao nível do Aconselhamento:

- ✓ Propor políticas tendentes à promoção de um ambiente de trabalho menos favorável ao consumo de álcool e drogas;
- ✓ Apoiar a assistência aos trabalhadores afetados pelos consumos excessivos, aconselhando o seu encaminhamento para unidades de saúde especializadas.

Durante o ano de 2023, no que respeita a atividade programada de controlo, realizaram-se 11.327 intervenções, diminuindo o nível de atividade em +1,7%, quando comparada com a atividade do ano 2022.

No que diz respeito à atividade não programada, de testagem à chamada, e a funcionar 24 horas e em todos os dias da semana nos seguintes locais: Porto, Coimbra, Entroncamento, Lisboa e Faro; realizaram-se 197 intervenções no ano 2023.

GESTÃO DE SINISTROS

Acidentes de trabalho

No campo de ação dos acidentes de trabalho e fora do âmbito da organização dos serviços externos de saúde no trabalho, a Ecosaúde tem um conjunto alargado de serviços que presta para acompanhamento dos trabalhadores, desde o acidente (ou recidiva) até à cura:

- ✓ Consultas de diversas especialidades;
- ✓ Observação médica complementada com meios auxiliares de diagnóstico;
- ✓ Tratamento, apoio psicológico e social;
- ✓ Articulação com seguradoras em matéria de acidentes;
- ✓ Emissão de pareceres médicos (desvalorizações);
- ✓ Gestão de processos;
- ✓ Apoio empresarial em matérias de autosseguro;
- ✓ Peritagens em tribunal



No exercício de 2023 foram efetuados 732 atos médicos desta natureza.

Gestão da Emergência

A Ecosaúde tem em regime de prevenção e disponibilidade permanente, um Gabinete de Emergência dotado de um conjunto de profissionais de saúde (Médicos e Enfermeiros) e segurança (Técnicos de Segurança) para prestarem auxílio e informação aos passageiros de transporte ferroviário, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviárias da sua acionista CP-Comboios de Portugal.

No ano 2023, felizmente, não se registaram acidentes ferroviários que necessitassem de intervenção do Gabinete de Emergência.

No âmbito da normal assistência aos Passageiros sinistrados nos comboios e gares ferroviárias, foram seguidos pela Ecosaúde 34 sinistrados no ano 2023.

ESPECIALIDADES MÉDICAS

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, apoiamos as organizações e os seus colaboradores através de diversas especialidades médicas, criando as melhores condições para a prevenção, detecção e tratamento de cada situação. Em cada uma das unidades de saúde, atuamos na proteção e tratamento dos vários tipos de patologias criando condições para o aumento da qualidade de vida e bem-estar.



- | | |
|-----------------------------------|------------------------|
| ✓ Cardiologia | ✓ Nutrição Clínica |
| ✓ Cirurgia Geral e Vascular | ✓ Oftalmologia |
| ✓ Clínica Geral | ✓ Ortopedia |
| ✓ Dermatologia | ✓ Otorrinolaringologia |
| ✓ Estomatologia | ✓ Psiquiatria |
| ✓ Medicina Interna | ✓ Psicologia Clínica |
| ✓ Medicina Física de Reabilitação | ✓ Fisioterapia |
| ✓ Neurocirurgia | ✓ Medicina desportiva |

No ano de 2023 foram realizadas 3.289 consultas de especialidade. Foram realizados 1.921 tratamentos de fisioterapia, 796 exames complementares de diagnóstico de análises clínicas, 49 exames de imagiologia e 52 atos de enfermagem.

FORMAÇÃO



A prevenção na segurança e saúde passa obrigatoriamente pela formação. O controlo de riscos profissionais tem na formação um privilegiado instrumento de prevenção. A Ecosaúde planeia, organiza e executa atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde com o objetivo de estimular a cultura de segurança e o desenvolvimento das condições de trabalho, apoiando o crescimento da produtividade das organizações.

A responsabilidade pela disponibilização de formação enquanto medida preventiva, obrigatória para a proteção dos trabalhadores em relação aos riscos profissionais a que estão expostos na sua atividade, é acometida à entidade empregadora.

A diferenciação da marca Ecosaúde no mercado é construída com base na sua visão integradora de todas as vertentes capazes de garantir o desenvolvimento de uma cultura de segurança e saúde nas empresas, e com isso, melhorar continuamente as condições de trabalho e de desenvolvimento económico das empresas.

A formação constitui-se na Ecosaúde como uma atividade complementar às atividades de Segurança e de Saúde no Trabalho no âmbito da prestação de serviços externos.

A Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, feita à medida das necessidades específicas de cada organização.

No ano de 2023, a Ecosaúde realizou:

- 65 ações de formação;
- 670 horas de Formação;
- Frequentadas por 671 formandos; e
- Às quais corresponderam: 7.869 horas de volume de formação.

Em parceria com a Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa realizou-se a 9ª edição da Pós-graduação de Enfermagem do Trabalho e iniciou-se a 10ª edição, em outubro, que se encontra a decorrer.

1

PERSPECTIVAS FUTURAS

A visão da Administração para a ação da empresa e para os principais objetivos do mandato é manter a empresa dotada de conhecimento, recursos e competências para executar uma prestação de serviços de qualidade nas áreas da saúde e segurança, de acordo com as exigentes necessidades dos clientes.

Paralelamente, a empresa procurará manter a sua autonomia económica e financeira, por forma a poder diminuir progressivamente os encargos desta importante atividade no Grupo CP.



A manutenção da situação pandémica permitiu à empresa aumentar de forma significativa o nível de atividade, a faturação e a rentabilidade da empresa. Salienta-se, no entanto, que este efeito virtuoso não foi estrutural e terminou no final do primeiro semestre de 2023. Houve assim que aproveitá-lo ao máximo no curto prazo, dotando a empresa de uma estrutura flexível e eficiente para dar resposta a esta solicitação anormal de serviços pelos Clientes, mas que não a onere no longo prazo.

Com o acréscimo da atividade devido pandemia, neste exercício atingimos e ultrapassamos novamente um nível de resultado adequado para remunerar o investimento. Continuará a sempre a ser um objetivo, mas será um desafio de médio e longo prazo. Será também a condição necessária para manutenção da atividade da empresa. Para ambos os desígnios, é fulcral a continuação do crescimento do nível de atividade e do volume de negócios nas áreas tradicionais, assim como manter a estrutura de custos estável e equilibrada.

É fundamental continuar a ganhar massa crítica noutros sectores de atividade, para além do sector dos transportes, defendendo sempre a manutenção de um nível de serviço altamente qualificado e a posição da Empresa como líder neste segmento mercado de alto valor.

Este ano a empresa reforçou o saneamento económico e financeiro iniciado no ano 2008, na última década e meia, as operações da Empresa foram reestruturadas, racionalizadas e, ao mesmo tempo, qualificadas. Ultrapassado o ciclo de modernização das instalações e saneamento financeiro, prosseguirá o estabelecimento de parcerias com operadores do setor, permitindo aumentar a cobertura regional da prestação de serviços.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Ofício SAI_DGTF/2024/271 Direção Geral de Tesouro e Finanças, de 6 de fevereiro 2024, para informação das orientações tendentes ao processo de prestação de contas referentes ao exercício 2023

Apêndice 2
EPNF

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação Referência ao nome do
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão			
EBITDA >= 0	S	91 milhares de euros	1
Resultado Operacional >=0	S	60 milhares de euros	1
Resultado Líquido >= 0	S	28 milhares de euros	1
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	S		2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	- 18 % de dívida remunerada	3
Evolução do PMP a fornecedores	S	40 dias (+1 dia que no ano 2022)	4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N	154 milhares de Euros (+32% que no ano 2022)	4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Sem recomendações	S		5
Reservas emitidas na última CLC	N.A.	Não houve reservas nem ênfases na última CLC	
Remunerações	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	A Administração não é remunerada	6
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.	Serviços objeto de Contratação Pública a nível de Grupo	6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.	Serviços objeto de Contratação Pública a nível de Grupo	6
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		7
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		7
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		7
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		8
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	http://ecosaude.pt/informacao-publica/	9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	Não detem participações sociais	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	Não houve contratos sujeitos a visto prévio do TC	11
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N.A.		12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		13
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	62 milhares de euros	14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	10 milhares de euros	14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Não houve aplicações financeiras e juros	14
Auditorias do Tribunal de Contas	N		15
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	N	Cumprir os requisitos, mas ainda falta formalizar o documento	16
Apresentação da demonstração não financeira	S	Em relatório anual (Relatório do Governo Societário)	17

1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

- a) O Conselho de Administração definiu objetivos para o ano de 2023, os quais constam do Plano de Atividades e Orçamento do ano 2023 submetidos e aprovados pela acionista.

O objetivo principal da empresa continua a ser o de atingir a sustentabilidade económica e financeira, para que a empresa possa desempenhar de forma sustentada e autonomamente a sua missão.

Para o ano de 2023 planeou-se a continuação do reforço dos pilares da autossustentabilidade da empresa, a saber:

- Inovação incremental de processos;
- Flexibilidade operacional;
- Aumento de quota de mercado em quantidade; e
- Saneamento económico e financeiro.

- b) Plano de atividades e orçamento do ano 2023

Indicadores	PAO 2023	Execução 2023	Desvio
Resultado líquido do período	32.375 €	27.570 €	-4.805 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	91.917 €	91.260 €	-657 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	60.777 €	59.618 €	-1.159 €
Vendas e serviços prestados	2.530.000 €	2.702.802 €	+172.802 €
Endividamento	142.980 €	142.980 €	- €
Dívida financeira líquida / EBITDA	156%	157%	+1%

- c) Encargos financeiros

Anos	Ano 2023	Ano 2022	Ano 2021	Ano 2020	Ano 2019	Ano 2018	Ano 2017
Encargos financeiros (€)	12.883	5.779	8.905	13.535	13.151 €	12.245 €	11.801
Taxa média de financiamento	5,91 %	3,0 %	2,6 %	3,4 %	3,0%	2,8%	2,9%

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa não oferece risco financeiro relevante. O principal risco financeiro na Ecosaúde deriva do facto da sua estrutura financeira ser parcialmente assegurada por capitais alheios com natureza de curto prazo, a saber, 250 milhares de euros, por utilizar no final do ano 2023.

Na medida em que estes estão sujeitos regular e anualmente a ciclos de renegociação e, no limite, podem não ser renovados, a continuidade da empresa poderá ficar exposta a risco se não houver suporte financeiro da acionista.

A dívida remunerada era integralmente constituída por financiamento de médio e longo prazo obtido junto da acionista, pelo que o risco acima referido era inexistente.

Os encargos financeiros com a dívida foram os abaixo listados:

3. LIMITES DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A Ecosaúde tem desde há uns anos a esta data, duas fontes de financiamento distintas: um empréstimo de médio longo prazo de 143 milhares de euros, contratado com a acionista, e uma linha de descoberto autorizado de 250 milhares de euros, de curto prazo, contratada com o Banco MillenniumBcp e não utilizada no final de dezembro de 2023.

Variação do endividamento	Ano 2023	Ano 2022
Financiamentos remunerado (corrente e não corrente)	142.980 €	174.480 €
Capital Social / Capital Estatutário	50.000 €	50.000 €
Novos investimentos (com expressão material)	0 €	0 €
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-31.500 €	

4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O quadro abaixo apresenta a evolução do prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores.

PMP	2023	2022	2021	2020	Var. 2022 / 2021	Var. (%) 2021 / 2020
PMP a Fornecedores (dias)	40	39	38	47	+3%	-19%

Depois de no ano de 2021 ter reduzido expressivamente o prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP), no ano de 2023, aumentamos muito ligeiramente o prazo médio de pagamento a fornecedores (+2,6%).

A situação dos atrasos nos pagamentos “arrears” em 31 dezembro 2023 é expressa no quadro abaixo:

Dívidas vencidas	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. De Bens e Serviços	68.137 €	9.416 €	11.063 €	892 €	64.567 €
Aq. de Capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

5. RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

Durante o ano 2023 realizou-se uma Assembleia Geral Ordinária, onde foram apresentadas e aprovadas as contas do ano 2022. Nesta ocasião não foram dadas recomendações.

6. REMUNERAÇÕES

Remunerações dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral foi integralmente reeleita para novo mandato (2023/2025), por deliberação unânime por escrito da acionista na data de 11 de maio 2022. Os membros da Mesa da Assembleia Geral são não remunerados.



Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início - Fim)				
2020/2022	Presidente	Maria Romana da Cunha Honório Paulino Correia de Vasconcelos	- €	- €
2020/2022	Secretária	Maria Manuela Saraiva Gil Pereira	- €	- €

Administrador Único

O Administrador Único não auferirá quaisquer remunerações ou regalias da Ecosaúde SA.

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2022/ 2024	Administrador Único	Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite	DUE	28/04/2022

Os cargos de Administrador Único e dos membros da Assembleia Geral não são remunerados, considerando que a eleição foi efetuada ao abrigo do nº4 do art.º 20 do DL nº 71/2007 de 27 de março, com a redação que lhe foi dada pelo DL nº 8/2012 de 18 de janeiro. O Administrador Único em funções integra o Quadro de Recursos Humanos da acionista única. Para além deste facto, não se registaram quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com a acionista.

Fiscalização

O órgão de fiscalização foi eleito por Deliberação Unânime de 11 maio de 2023, para terceiro mandato no triénio 2023/2025, com a composição abaixo:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (€)
			Forma (1)	Data	
2023 / 2025	Fiscal Único	RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A., SROC n.º 143 e representada por: Efetivo – Luís Francisco Pereira Rosa, ROC nº 713 N.º CMVM 20161455 Suplente – Paulo Fernandes da Silva Pereira, ROC nº 931 N.º CMVM 20160548	DUE	11 maio 2023	2.150 € anuais

Auditor externo

Os serviços de Auditoria Externa são prestados pela empresa **Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.**, Número de registo na OROC 197 e Número de registo na CMVM 20161495.

Estes serviços são prestados no âmbito consolidado e foram contratados pela sociedade mãe para todas as empresas do grupo, através de procedimento de contratação pública dirigido ao mercado para o ano 2020. A remuneração dos serviços de auditoria externa é no valor anual de 2.530 Euros. Os serviços prestados são exclusivamente de auditoria de contas, não havendo lugar a quaisquer outros serviços, nomeadamente de consultadoria.

7. APLICAÇÃO DO ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros da Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer despesas de representação pessoal, assim como não há lugar a pagamento de quaisquer despesas relacionadas com comunicações (telefones móveis, telefone no domicílio e serviço de dados de internet) e com viaturas (aluguer, combustível e portagens).

8. DESPESAS CONFIDENCIAIS OU NÃO DOCUMENTADAS

Não se registaram quaisquer despesas desta natureza no ano 2023.

9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES POR GÉNERO

No sítio de internet da Ecosaúde (<http://ecosaude.pt/informacao-publica/>) encontra-se divulgada, utilizando o modelo de análise da CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, relatório sobre disparidade salarial de género.

10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Considerada a reduzida dimensão da empresa, em diversas áreas a empresa subscreve as políticas da sua acionista única – CP Comboios de Portugal EPE – como sejam o Código de Ética e o Plano de Gestão de Riscos, que inclui os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em sede de contratação, a empresa rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e a revisão do Código dos Contratos Públicos aprovada pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Atendendo à sua pequena dimensão, a empresa adota, em regra, o procedimento por ajuste direto no regime simplificado. Nesta sede, com exceção das aquisições por Fundo de Maneio, que têm regulamento próprio, todas as aquisições carecem de prévia autorização por parte do órgão de gestão. Há a boa prática de gestão de solicitação de apresentação de proposta a, pelo menos, três entidades que apresentem garantias de execução do serviço e experiência comprovada, bem como reduzir a escrito as suas contratações sempre que possível.

A empresa tem neste momento contratualizado com a VORTAL a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, para a realização de procedimentos públicos de aquisição em conformidade com a legislação em vigor. Esta plataforma é essencialmente utilizada para ter conhecimento dos concursos/consultas postas no mercado, permitindo a apresentação de propostas de prestação de serviços nas áreas de negócio da Ecosaúde.

A Ecosaúde não celebrou qualquer contrato com valor superior a 5 milhões de euros no ano de 2023.

12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Em conjunto com as empresas participadas da sua acionista a Ecosaúde participa em vários processos de aquisição de bens e serviços para o grupo, nomeadamente nas áreas de seguros, serviços de revisão oficial de contas, comunicações, energia elétrica, entre outros. A sua acionista única é entidade aderente voluntária dos SNCP, pelo que a Ecosaúde é utilizadora indireta deste sistema. A empresa ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas.

13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022		2023/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	91.260 €	91.917 €	176.800 €	29.259 €	-87.540,00	-48,96%	62.001,41	211,91%
(1) CMVMC	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00		0,00	
(2) FSE	1.608.723 €	1.642.850 €	1.676.643 €	1.496.252 €	132.080,00	7,88%	312.471,04	20,88%
(3) Gastos com pessoal	793.539 €	801.000 €	793.215 €	704.849 €	324,00	0,04%	88.690,26	12,58%
I. Gastos relativos aos órgãos sociais ^{a)}					0,00		0,00	
II. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00		0,00	
III. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF) ^{a)}	23.781 €	0 €	0 €	0 €	23.781,00		23.781,00	
IV. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00		0,00	
V. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}	1.162 €	0 €	622 €	1.470 €	540,00	86,87%	-308,35	-20,98%
(4) Gastos com pessoal sem os Impactos I. a v	768.596 €	801.000 €	792.593 €	703.379 €	-23.997,00	-3,03%	65.217,61	9,27%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais e/ou de imposições legais ^{a)}	0 €	0 €	70.745 €	0 €	-70.745,00	-100,00%	0,00	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	2.602.262 €	2.443.850 €	2.399.133 €	2.201.101 €	203.149,00	8,47%	401.161,30	18,23%
(7) Volume de negócios (VN)	2.702.602 €	2.530.000 €	2.632.741 €	2.251.525 €	70.061,00	2,66%	451.276,56	20,04%
Subsídios à exploração	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00		0,00	
Indemnizações Compensatórias	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00		0,00	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais e/ou de imposições legais ^{a)}	0 €	0 €	-114.639 €	0 €	114.639,00	100,00%	0,00	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	2.702.602 €	2.530.000 €	2.518.102 €	2.251.525 €	184.700,00	7,33%	451.276,56	20,04%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	96,3%	96,6%	95,3%	97,8%	1,01 p.p	1,06%	-0,01 p.p	-0,02%
I. Gastos com Deslocações e Alojamento	2.700 €	3.000 €	714 €	2.911 €	1.986,23	278,26%	-210,96	-7,25%
II. Gastos com Ajudas de custo	19.499 €	15.000 €	15.125 €	5.926 €	4.373,96	28,92%	13.573,19	229,05%
III. Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	50.367 €	51.000 €	50.912 €	55.133 €	-544,87	-1,07%	-4.765,63	-8,64%
IV. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00		0,00	
(11) Total dos gastos (I) + (II) + (III) + (IV), cfr. alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	72.566 €	69.000 €	66.751 €	63.970 €	5.815,32	8,71%	8.596,60	13,44%
N.º de viaturas	9 €	9 €	10 €	10 €	-1,00	-10,00%	-1,00	-10,00%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023. Relativamente aos valores a registar na alínea v., os valores do absentismo devem ter sinal negativo.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como

quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados. Se outros rendimentos concorrerem para o VN, para além das vendas e Serviços Prestados, os mesmos

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

14. PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Ecosaúde detém junto do IGCP – Instituto de Gestão e Crédito Público, E.P.E. uma conta bancária. Nesta sede, obteve em 17 de fevereiro 2023 a autorização do IGCP (Ref.ª EU: SGC nº 23) para efetuar, nos anos 2023 e 2024, algumas operações na banca comercial, a saber:

- Os valores necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- As cobranças efetuadas através da utilização da vertente credora dos débitos diretos, cujos montantes arrecadados devem ser quinzenalmente transferidos para contas da ECOSAÚDE no IGCP;
- Os valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores inerentes ao serviço dos contratos de factoring, leasing e similares e dos empréstimos bancários (curto, médio ou longo prazo);
- Empréstimos bancários contraídos (montantes estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito).

Para além do Fundo de Maneio necessário ao normal funcionamento da empresa e as disponibilidades mínimas, não houve capacidade de constituir disponibilidades excedentárias para aplicação financeira. A Ecosaúde não recebeu assim quaisquer juros de aplicações financeiras no ano 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 a situação das disponibilidade e aplicações era a abaixo resumida, por trimestre:

IGCP	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Disponibilidades	7.598,29 €	17.992,69 €	75.861,60 €	62.345,23 €
Aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
Total	7.598,29 €	17.992,69 €	75.861,60 €	62.345,23 €
BANCA COMERCIAL	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre
Disponibilidades Millennium BCP	-192.315,95 €	2.180,30 €	- 19.792,59 €	4.912,80 €
Disponibilidades Montepio	4.679,38 €	4.666,90 €	4.641,94 €	4.623,22 €
Disponibilidades Banco BPI	108,80 €	87,60 €	66,80 €	46,00 €
Total	-187.527,77 €	6.934,80 €	- 15.083,85 €	9.582,02 €
Juros auferidos	- €	- €	- €	- €

Nota: Os valores acima referidos foram devidamente comunicados nos formulários do SISEE durante o ano 2023

15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Durante o ano de 2023, na Ecosaúde SA não houve quaisquer auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

16. PLANO PARA A IGUALDADE

Encontra-se a desenvolvimento um plano formal para cumprir cabalmente com as obrigações legais nesta sede. Saliemos, no entanto, sobre a igualdade de oportunidades, os seguintes factos da empresa Ecosaúde:

- Trabalham na empresa 24 trabalhadores 18 mulheres e 6 homens;
- O Diretor Geral (cargo de gestão de topo) é desempenhado por um Homem e é o cargo mais bem remunerado, mas segundo e terceiro cargos com melhor remuneração são desempenhados por mulheres;
- As duas principais áreas de negócio são dirigidas por mulheres: Saúde no Trabalho e Segurança no Trabalho;
- Desde o ano de 2010, recrutamos 20 trabalhadores, dos quais: 2 diretores operacionais: um homem e uma mulher (a mulher tem uma remuneração superior); 18 técnicos superiores de higiene e segurança no trabalho, dos quais 3 foram homens e 15 mulheres (todos com remuneração similar).

Sobre a conciliação da vida familiar com o trabalho:

- Temos em regra um horário de 35 horas;
- 4 dispensas trimestrais remuneradas por ano para tratar de assuntos pessoais;
- Mais um dia de férias do que o legalmente previsto;
- Seguros de saúde;

- A assistência a filhos é falta justificada e remunerada.

17. ELEBORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A divulgação desta informação é feita autonomamente no Relatório de Governos Societário.

18. INFORMAÇÃO NO SÍTIO DE INTERNET DO SEE

A Ecosaúde disponibiliza a informação relacionada com a sua atividade e gestão na página do sítio de internet com o endereço: <http://ecosaude.pt/informacao-publica/>

Toda a informação a constar no sítio do SEE está incluída na informação transmitida pelo Acionista CP, Comboios de Portugal EPE por via da integração de informação. A informação a constar no sítio da Ecosaúde encontra-se refletida nos Relatórios e Contas publicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração exprime o seu apreço e gratidão pelo empenho e dedicação revelada por todos os que participaram e cooperaram com a empresa, com especial ênfase a todos os trabalhadores e colaboradores que com o seu trabalho diário e dedicação muito contribuíram para os resultados do ano.

A Administração também manifesta o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração da CP-Comboios de Portugal, EPE, bem como a todos os Clientes, Entidades Bancárias e Fornecedores, pela forma como corresponderam e colaboraram no desenvolvimento da atividade da empresa.

Por fim, a Administração agradece à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela forma atenta e competente como acompanharam a gestão da empresa ao longo do Exercício.

Lisboa, 29 de abril de 2024

Francisco Nogueira Leite



(Administrador Único)

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA



Zsana

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DEZEMBRO


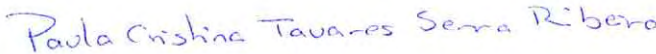
Balanço individual em 31 de dezembro 2023

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	94 157	104 103
Ativos intangíveis	8	12 349	-
Outros investimentos financeiros	9	311	311
		106 817	104 414
Activo Corrente			
Clientes	11	457 037	247 532
Outros créditos a receber	13	195 802	222 723
Diferimentos	14	20 624	14 609
Caixa e depósitos bancários	5	71 927	252 610
		745 390	737 474
Total do ativo		852 207	841 888
Capitais Próprios e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	50 000	50 000
Reservas Legais	16	9 879	5 130
Outras Reservas	17	28 681	28 681
Resultados Transitados	18	126 560	36 329
Resultado Líquido do período		27 570	94 981
Total Capital Próprio		242 690	215 121
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos Obtidos	19	103 980	142 980
		103 980	142 980
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	213 805	192 696
Estado e Outros Entes Públicos	12	92 551	107 606
Financiamentos Obtidos	19	39 000	31 500
Outras dividas a pagar	20	142 795	129 067
Diferimentos	14	17 386	22 918
		505 537	483 787
Total do passivo		609 517	626 767
Total do capital próprio e do passivo		852 207	841 888

O Administrador Único

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro 2023

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	2 702 802	2 632 741
Fornecimentos e serviços externos	23	(1 808 723)	(1 676 643)
Gastos com o pessoal	24	(793 539)	(793 215)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(20 137)	(8 190)
Outros rendimentos	25	41 589	52 514
Outros gastos	26	(30 732)	(28 407)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		91 260	178 800
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	07/08/27	(31 642)	(40 005)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59 618	138 795
Juros e gastos similares suportados	28	(12 883)	(5 779)
Resultado antes de impostos		46 735	133 016
Imposto sobre o rendimento do período	10/12	(19 165)	(38 035)
Resultados Líquido do Período		27 570	94 981

O Administrador Único

O Contabilista Certificado

Francisco Joaquim Ribeiro Marques Lda

Paula Cristina Tavares Sene Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro 2023

Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2 742 173	3 014 025
Pagamentos a fornecedores	(1 510 867)	(1 379 644)
Pagamentos ao pessoal	(765 914)	(768 629)
Caixa gerada pelas operações	465 392	865 752
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	(12 835)
Outros recebimentos/pagamentos	(568 786)	(577 526)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(103 394)	275 391
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(27 091)	(36 139)
Activos intangíveis	(8 389)	-
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	(35 480)	(36 139)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(31 500)	(30 000)
Juros e gastos similares	(10 309)	(5 522)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(41 809)	(35 522)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(180 683)	203 730
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	252 610	48 880
Caixa e seus equivalentes no fim do período	71 927	252 610

O Administrador Único
Francisco Domingos Ribeiro Espinho Leil
O Contabilista Certificado
Paula Cristina Tavares Serra Ribeiro

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 31 de dezembro 2023

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Posição no início do período de 2023	1 15 a 18	50 000	5 130	28 681	36 329	94 981	215 121
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	4 749	-	90 231	(94 981)	(1)	-	(1)
	2	-	4 749	-	90 231	(94 981)	(1)	-	(1)
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	27 570	27 570	-	27 570
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	(67 411)	27 569	-	27 569
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2023	6 = 1+2+3+5	50 000	9 879	28 681	126 560	27 570	242 690		242 690

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 31 de dezembro 2022

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Posição no início do período de 2022	1 15 a 18	50 000	3 218	28 681	(76 427)	114 663	120 140
Alterações no período									
Primeira adaptação do novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	1 912	-	112 751	(114 663)	-	-	-
	2	-	1 912	-	112 751	(114 663)	-	-	-
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	94 981	94 981	-	94 981
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	-	-	(19 682)	94 981	-	94 981
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2022	6 = 1+2+3+5	50 000	5 130	28 681	36 329	94 981	215 121		215 121

O Administrador Único

Francisco Domingos António Vojvina Lieb

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Tavares Sousa Ribeiro

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Z. Silva



1. Identificação da entidade e período de relato

A Ecosáude – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. é uma sociedade anónima com sede social na Rua do Polo Sul, n.º 2 A, Parque das Nações, 1990-273 Lisboa, tendo sido constituída em 13 de outubro de 1995 e tem por principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

A Empresa é detida a 100% pela empresa CP – Comboios de Portugal, E.P.E., com sede social na Calçada do Duque, nº20 – 1249-109 Lisboa.

A Ecosáude é uma das empresas participadas que integra o grupo de empresas CP – Comboios de Portugal, E.P.E e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 29.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Ecosáude – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria nº220/2015 de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual (EC).

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Administrador Único da Empresa, no dia 13 de março de 2024, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

2.2. Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.



2.3. Valores comparativos

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória

A empresa efetuou a transição para as NCRF em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Administrador Único formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 - Juízos de valor utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.



Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	7
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	7

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Ativos intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Outros ativos/passivos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.



O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Custos com empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.



Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex-fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex-fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de março de 2024, data em que foram aprovadas pelo Administrador Único conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

4.3 Juízos de valor

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Administrador Único considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

A acionista única tem atividades de risco elevado e sinistralidade laboral acima da média do setor, logo está obrigada por Lei a organizar serviços internos de saúde e segurança no trabalho. Neste contexto, deveriam ter instalações clínicas (postos médicos) e pessoal qualificado (médicos, enfermeiros e técnicos de segurança) nestas áreas em diversos pontos do país.

A Lei prevê, alternativamente, a possibilidade de haver uma empresa no grupo (autorizada para a prestação destes serviços), que é o caso da ECOSAÚDE, que preste serviços de saúde e segurança no trabalho, sendo estes equiparados a serviços internos.

Neste contexto a ECOSAÚDE continuara a servir este papel e, aproveitando o conhecimento, as instalações e equipamentos existentes, assim como os processos de negócio, servir o mercado por forma a diluir gastos fixos com esta atividade.

Acresce ao acima referido que a pandemia experienciada no passado recente, colocou os serviços de saúde ocupacional no centro das decisões críticas das organizações, nomeadamente para o assegurar da continuidade das operações.

Neste contexto, salvaguardando uma eventual estratégia alternativa que possa ser escolhida no próximo mandato pela acionista, a atual Administração entende que a estratégia empresarial deverá continuar a assentar em quatro pilares:

4.4.1. – Utilização da capacidade instalada

Concretizada a renovação e construção de novas infraestruturas e a autorização para a prestação de serviços pela Autoridade das Condições de Trabalho, estão reunidas as condições suficientes e necessárias para uma intervenção mais abrangente no mercado em que a empresa opera. Será dada prioridade ao aumento da atividade a médio e longo prazo.

4.4.2. – Racionalização dos gastos operacionais

Em simultâneo continuará a realizar-se a racionalização dos gastos operacionais, ao abrigo das disposições legais emanadas pela Tutela para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente na diminuição dos gastos com pessoal e dos Fornecimentos Externos.

4.4.3. – Redução da dívida

Paralelamente às medidas para o equilíbrio operacional, deverá ser prosseguida a estratégia de redução progressiva da dívida, remunerada e espontânea, para níveis sustentáveis para a empresa e seus parceiros.

4.4.4. – Financiamento da atividade de exploração e serviço da dívida

Independentemente do objetivo de autofinanciamento, a Ecosaúde regista em 31 de dezembro de 2023 uma situação financeira equilibrada, com um nível de recursos permanentes suficiente para cobrir os ativos não correntes e o financiamento das necessidades de fundo de maneo.

4.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A empresa tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma.

No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem impactar nos resultados.

5. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.



A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A 31 de Dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação da rubrica de caixa e depósitos bancários:

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

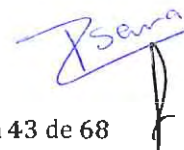
Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à ordem		
BPI	46	252
IGCP	62 345	232 720
Montepio	4 623	4 821
Banco Comercial Português	4 913	14 817
	71 927	252 610
Descobertos bancários	-	-
	71 927	252 610

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

7. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como se segue:



(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto		
Edifícios e outras construções	140 680	138 613
Equipamento básico	346 293	330 172
Equipamento de transporte	61 069	61 069
Equipamento administrativo	197 823	195 240
Outros ativos fixos tangíveis	129 617	129 616
	875 482	854 710
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	30 718	31 104
Depreciação acumulada de períodos anteriores	750 607	719 503
	781 325	750 607
Valor líquido contabilístico	94 157	104 103

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis e investimentos em curso durante o ano 2023, são analisados como se segue:

	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Ativos	Transferências	Regularizações	Saldo final
Valor bruto									
Edifícios e outras construções	138 613	2 068	-	-	-	-	-	-	140 681
Equipamento básico	330 172	16 121	-	-	-	-	-	-	346 293
Equipamento de transporte	61 069	-	-	-	-	-	-	-	61 069
Equipamento administrativo	195 240	2 583	-	-	-	-	-	-	197 823
Outros ativos fixos tangíveis	129 616	-	-	-	-	-	-	-	129 616
	854 710	20 772							875 482
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	84 127	12 297	-	-	-	-	-	-	96 424
Equipamento básico	301 716	6 622	-	-	-	-	-	-	308 338
Equipamento de transporte	57 765	3 304	-	-	-	-	-	-	61 069
Equipamento administrativo	177 383	8 495	-	-	-	-	-	-	185 878
Outros ativos fixos tangíveis	129 616	-	-	-	-	-	-	-	129 616
	750 607	30 718							781 325
Total	104 103								94 157

No período em análise, o maior incremento verificou-se na rubrica de equipamento básico com a aquisição de um eletroencefalógrafo e no equipamento administrativo com a aquisição de diversos computadores.

À data de 31 de dezembro de 2023, não existem ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira.

8. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

J. Sena

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto		
Projetos de desenvolvimento	50 795	46 040
Ativos intangíveis em curso	8 518	-
	59 313	46 040
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	924	8 901
Amortização acumulada de períodos anteriores	46 040	37 139
	46 964	46 040
Valor líquido contabilístico	12 349	0

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2023, são analisados como se segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
Projetos de desenvolvimento	46 040	-	-	-	-	4 755	50 795
Investimentos em Curso		13 273	-	-	-	(4 755)	8 518
	46 040	13 273	-	-	-	-	59 313
Amortização acumulada e imparidade							
Projetos de desenvolvimento	46 040	924	-	-	-	-	46 964
Investimentos em Curso		-	-	-	-	-	-
	46 040	924	-	-	-	-	46 964
Total	-	-	-	-	-	-	12 349

9. Outros investimentos financeiros

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Fundo Compensação Trabalho	311	-	311	311	-	311
	311	-	311	311	-	311

10. Impostos sobre o rendimento

Tendo a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. adquirido a totalidade da participação financeira na Ecosaúde à data de junho de 2012, conforme previsto no artigo 69º do Código do IRC, a Ecosaúde com referência a janeiro de 2014 passou a integrar o Grupo CP, sendo tributada no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, a Ecosaúde não contabilizou ativos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais dedutíveis que ascendem aproximadamente a 315,2 milhões de euros.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado de 2023, no montante de 19.165€, única matéria tributável apurada no exercício.

11. Clientes

A rubrica de clientes é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	366 539	242 731
Empresa-mãe	84 465	3 814
Outras partes relacionadas	6 033	987
Clientes - cobrança duvidosa	224 681	204 544
	681 718	452 076
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(20 137)	(8 154)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(204 544)	(196 390)
	(224 681)	(204 544)
Valor líquido contabilístico	457 037	247 532

O saldo registado na Empresa-mãe em 2023 dizia respeito à faturação emitida referentes às prestações de serviços de medicina no trabalho, medicina de acidentes e prevenção e controlo de alcoolémia relativas ao mês de dezembro de 2023, que vieram a ser pagas já no decorrer do ano de 2024.

A nível dos clientes gerais, destacam-se com saldos mais significativos no final do período em análise as seguintes entidades:

- PSA SINES-TERMINAIS CONTENTORES, SA – 52 641,66€



- HONEYWELL PORTUGAL AUTO.CONTROLO SA – 51 168,90 €
- GENERALI SEGUROS, S.A- 49 312,83 €
- MULTICARE - SEG. SAÚDE, SA – 21 958,68 €
- MEDWAY - OPERADOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS, S.A.- 19 536,55 €
- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - 16 341,9 €

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como se segue:

(valores em euros)					
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Cientes gerais	(204 544)	(21 557)	-	1 420	(224 681)
	(204 544)	(21 557)	-	1 420	(224 681)

As perdas por imparidade nas dívidas de clientes são reconhecidas na sequência da análise efetuada pela empresa à recuperabilidade dos montantes envolvidos.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como se segue:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	19 165	38 035
Imposto sobre o rendimento - IRS	15 169	16 836
IVA a pagar	44 319	39 275
Contribuição para a Segurança Social	13 898	13 460
	92 551	107 606

O decréscimo que se verifica na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos face ao ano transato, deve-se essencialmente à diminuição da estimativa do imposto sobre o rendimento no ano 2023.

13. Outros créditos a receber

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto:		
Pessoal	1 364	102
Fornecedores/Outros Credores (saldos devedores)	7 598	9 171
IVA operações regularização	353	494
Outros devedores	37 059	27 127
Devedores por acréscimos de rendimentos	149 428	185 829
Valor líquido contabilístico	195 802	222 723

A rubrica de Outros devedores diz essencialmente respeito aos montantes a refaturar à CP no âmbito dos contratos de assistência a passageiros/sinistrados.

Na rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, estão registados valores correspondentes a serviços prestados em 2023, mas que irão ser faturados somente em 2024. No final do período, os montantes mais expressivos nesta rubrica são os seguintes:

- Medicina do trabalho – 70.674€;
- Higiene e segurança – 78.754€.

14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	7 114	4 198
Rendas	10 111	9 774
Outros	3 399	637
	20 624	14 609
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Serviços prestados	17 386	22 918
	17 386	22 918

Nos gastos a reconhecer, verificou-se um acréscimo mínimo, face ao ano anterior. Nestas rubricas estão registadas faturas datadas do ano cujo gasto respeita ao período seguinte.

15. Capital subscrito

O capital subscrito de 50.000€, representado por 10.000 ações ordinárias de valor nominal de 5€ cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2023.

16. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Do resultado líquido apurado em 2022 no montante de 94.981€, 90.231€ foi transferido para a conta de resultados transitados. O remanescente no montante de 4.749€ foi transferido para reservas legais.

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reservas Legais	9 879	5 130
	9 879	5 130

17. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reservas Livres	28 681	28 681
	28 681	28 681

18. Resultados transitados

Do resultado líquido apurado em 2022 no montante de 94.981€, 90.231€ foram transferidos para a conta de resultados transitados. O remanescente no montante de 4.749€ foi transferido para reservas legais.

19. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Não Corrente		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	103 980	142 980
	103 980	142 980
Corrente		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	39 000	31 500
	39 000	31 500

Dando cumprimento ao acordo de pagamento da dívida para com o acionista, durante o exercício de 2023 a Ecosaúde amortizou uma parte do empréstimo contraído em dezembro de 2013 com a empresa mãe, num total de 31.500€.

A linha de crédito do Millennium BCP (descoberto bancário), com referência a 31 de dezembro de 2023, não estava a ser utilizada.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano	39 000	31 500
De 1 a 5 anos	103 980	142 980
	142 980	174 480

20. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como se segue:



(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Corrente		
Fornecedores de Investimentos	545	295
Credores por acréscimos de gastos	125 269	115 587
Outros credores	16 981	12 828
Pessoal	-	357
	142 795	129 067

O acréscimo comparado com o período homologado, ficou a dever-se essencialmente aos credores por acréscimos de gastos, através da especialização de subcontratos de serviços médicos.

21. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores c/c		
Gerais	201 206	192 696
Empresa-mãe	12 599	-
	213 805	192 696

Os principais saldos de fornecedores são:

- A. REIS VALLE, LDA. – 59.293€;
- CENTRO MEDICINA LABORATORIAL GERMANO DE SOUSA, S.A. – 43.593€;
- IP TELECOM – SERVIÇOS – 16.208€;
- CENTRO DE MEDICINA LABORATORIAL GERMANO DE SOUSA PORTO, LDA. – 10.595€.

22. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Serviços prestados		
Prevenção e controlo	231 662	225 314
Medicina do trabalho	1 284 744	1 298 047
Higiene e segurança no trabalho	620 607	655 922
Medicina curativa	344 161	261 929
Medicina acidentes	161 813	158 548
Formação	59 815	32 981
	2 702 802	2 632 741

No período de 2023 esta rubrica obteve um ligeiro incremento de cerca de 70 061€ face ao período homólogo, com especial destaque para a medicina curativa com um aumento de 82 232€ e para a formação com 26 834€. Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição nos serviços de medicina do trabalho e higiene e segurança no trabalho com 13 303€ e 35 315€, respetivamente.

23. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2023	2022
Subcontratos	1 357 907	1 242 066
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	58 209	51 675
Publicidade e propaganda	1 331	856
Vigilância e segurança	924	994
Honorários	7 976	13 960
Conservação e reparação	15 443	10 533
Outros Serviços especializado		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	888	1 892
Livros e documentação técnica	-	119
Material de escritório e oferta	7 267	7 508
Energia e fluidos:		
Eletricidade	11 061	19 293
Combustíveis	15 563	17 224
Água	1 437	1 466
Outros Energia e fluidos	11 394	9 481
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	2 700	714
Transportes de pessoal	2 758	3 205
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	169 668	164 198
Comunicação	27 371	25 569
Seguros	3 010	3 699
Contencioso e notariado	105	630
Despesas de representação	8 654	6 988
Limpeza, higiene e conforto	30 302	28 562
Despesas medicina	53 066	45 792
Outros serviços	21 689	20 219
	1 808 723	1 676 643

Os fornecimentos e serviços externos sofreram um incremento de cerca de 132 080€, acompanhando a tendência da rubrica de Vendas e Serviços Prestados. Os subcontratos estão diretamente alinhados com o aumento verificado nesta rubrica e justificam em grande parte o incremento verificado, contribuindo com 115 841€. Também as despesas de medicina contribuíram com 7 274€ e os trabalhos especializados com 6 534€.

Em sentido inverso verificou-se um decréscimo do computo da eletricidade, água e combustíveis que no total diminuíram 9 922€ face a igual período do ano passado.

Também os honorários acompanharam esta tendência e decresceram 5 984€ face ao ano anterior.

J. Sousa

24. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	2 466	2 475
Remunerações do pessoal	618 580	625 556
Indemnizações	1 162	540
Encargos sobre remunerações	138 302	133 512
Seguros de acidentes no trabalho	2 556	2 451
Seguro de saúde	12 824	10 210
Gastos com acção social	13 074	10 762
Outros gastos com o pessoal	4 575	7 709
	793 539	793 215

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 24 (2022: 25).

No global a rubrica de gastos com o pessoal sofreu um ligeiro acréscimo de 1.057€. Todas as componentes que compõem a rubrica subiram ligeiramente, justificando o acréscimo, com exceção da diminuição do valor das remunerações do pessoal e dos outros gastos com o pessoal.

25. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Correções períodos anteriores	1 815	1 237
Excesso estimativa imposto	25 430	46 606
Outros	14 344	4 671
	41 589	52 514

A Ecosaúde é tributada fiscalmente ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), por a empresa estar inserida no Grupo CP.

Nos períodos de 2022 e de 2023 reconheceu-se excesso de estimativa de imposto atendendo ao facto de a empresa ter estimado em ambos os exercícios o imposto a pagar numa base individual.

A variação dos outros é justificada pela contabilização dos sinistrados em conta independente no período de 2023

26. Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Impostos	3 267	5 319
Correções períodos anteriores	8 961	17 508
Quotizações	1 140	1 140
Serviços e comissões bancárias	4 491	4 155
Multas e penalidades	1 250	205
Outros	11 623	80
	30 732	28 407

A rubrica, sofreu um ligeiro acréscimo face a 2022. As variações mais significativas verificaram-se por um lado nos Outros, onde passaram a ser contabilizadas as despesas relativas ao contrato de sinistrados. E em sentido oposto os decréscimos ocorreram nas correções de períodos anteriores onde são registados acertos de faturas referentes períodos anteriores e nas taxas registadas em impostos.

27. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	30 718	31 104
Ativos intangíveis	924	8 901
	31 642	40 005

28. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como se segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2023	2022
Juros suportados	12 883	5 779
	12 883	5 779

Os juros suportados respeitam ao financiamento do acionista único e a juros devedores da conta de depósitos à ordem.



29. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2023, a estrutura acionista da Empresa, é a seguinte:

	(número de ações)	
	31/12/2023	31/12/2022
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	10 000	10 000
	10 000	10 000

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2023	2022
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	1 192 744	1 166 417
Outras partes relacionadas	29 496	2 967
Gastos		
Empresa-mãe	(33 176)	-
Outras partes relacionadas	(107)	-
	1 188 957	1 169 384

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Empresa-mãe	84 465	3 814
Outras partes relacionadas	6 033	316
Passivo		
Empresa-mãe	(155 579)	(174 480)
	(65 081)	(170 350)



30. Garantias e avales

(valores em euros)

	2023	2022
Garantias Bancárias		
Millennium BCP a favor da PETROGAL SA	2 500	2 500
Millennium BCP a favor de ESCRITÓRIOS DO TEJO	34 396	34 396
Millennium BCP a favor de PRMT TEJO SA	34 396	34 396
Total Garantias Bancárias Intermediadas	71 292	71 292

31. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

32. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se a seguinte aplicação para o resultado líquido do exercício positivo, no valor de 27.570 €:

- (i) 26.191 € - transferido para a conta de resultados transitados; e
- (ii) 1.379 € - utilizado para constituição de reserva legal;

Lisboa, 29 de abril de 2024

O Administrador Único

Francisco Domingos Ribeiro Gomes Leitão

O Contabilista Certificado

Raúl Cristina Tavares Serra Ribeiro

RELATORIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho,
Saúde e Ambiente, S.A.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2023

LISBOA

AV. DUQUE D'AVILA 185, 5.^o
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO

AV. DA BOAVISTA 1167/4 - SALA 44
4150-130 PORTO
PORTUGAL

T (+351) 217 520 250

F (+351) 217 603 294

E RCA.GERAL@RCA.AC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Senhor Acionista da
ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.
Lisboa

Em cumprimento do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos da vossa sociedade apresentamos o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Administrador Único relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a atividade da vossa sociedade através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pelo Administrador Único quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância da lei e dos estatutos e efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios de mensuração adotados.

De acordo com o artigo 54º, n.º 1 do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, a sociedade apresenta o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário (RGS) de forma autonomizada e de acordo com o modelo disponibilizado no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). O Fiscal Único entende que o RGS cumpre, em termos gerais, os requisitos legais estabelecidos, incluindo a estrutura e divulgações requeridas.

Após o encerramento das contas anuais, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pelo Administrador Único, o qual traduz de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa sociedade.

Decorrente do exame efetuado, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado, e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pelo Administrador Único seja aprovado;
2. As contas anuais apresentadas pelo Administrador Único sejam aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Administrador Único seja aprovada.

Lisboa, 4 de maio de 2024

O Fiscal Único



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Luís Pereira Rosa
(RSC n.º 713; Reg. CMVM 20160349)

Esta página foi propositadamente deixada em branco



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho,
Saúde e Ambiente, S.A.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
EXERCÍCIO DE 2023

LISBOA

AV. DUQUE D'AVILA, 145, 0
1350-042 LISBOA
PORTUGAL

PORTO

AV. DA BOAVISTA, 167-4F, SALA 4-4
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T (+351) 217 520 250

F (+351) 217 506 35-4

E RCA.GERAL@RCA.AC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 852.207 EUR e um total de capital próprio de 242.690 EUR, incluindo um resultado líquido de 27.570 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

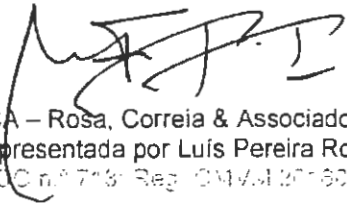
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento às disposições legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 4 de maio de 2024



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
Representada por Luís Pereira Rosa
(R.C.C. n.º 719/ Reg. CMV.MI 201603-3)

Esta página foi propositadamente deixada em branco

ECOSAÚDE - EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONSULTORIA EM TRABALHO, SAÚDE E AMBIENTE, S.A.
Rua do Polo Sul 2A | 1990-273 Lisboa | PORTUGAL
Tel. +351 211 021 608
Fax +351 213 978 838
ecosaude.pt

